

Junho de 1973, para instalações sitas no Largo dos Lóios, 52, 1.º e 2.º, 4050 Porto;

Considerando que o regime jurídico do exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, estabelecido no Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, decorreu da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 92/25/CEE, do Conselho, de 31 de Março, a qual estabeleceu os requisitos e as condições que as entidades que se dedicavam a esta actividade devem observar para poderem operar no mercado comunitário;

Considerando que a sociedade Drogaria dos Lóios, L.^{da}, deu cumprimento ao disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, tendo procedido à submissão de requerimento para obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano para as instalações sitas no Largo dos Lóios, 52, 4050 Porto;

Considerando que, em 23 de Maio de 2001, a sociedade requereu a este Instituto prorrogação do prazo para submissão do processo para obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, para as instalações sitas no Largo dos Lóios, 52, 4050 Porto;

Considerando que a sociedade Drogaria dos Lóios, L.^{da}, informou este Instituto, em 9 de Julho de 2001, que deixou de comercializar medicamentos, não podendo cumprir as condições exigidas para a direcção técnica, requerendo a anulação do requerimento para obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho;

Considerando que a sociedade Drogaria dos Lóios, L.^{da}, informou este Instituto, em 9 de Agosto de 2001, que não procederá ao envio do original do alvará com o registo n.º 842, de 29 de Junho de 1973, pelo facto de o mesmo ter caducado;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e no artigo 140.º, n.º 2, alínea b), do Código do Procedimento Administrativo, delibera revogar o alvará de armazém de medicamentos especializados com o registo n.º 842, de 29 de Junho de 1973, concedido à sociedade Drogaria dos Lóios, L.^{da}, para as instalações sitas no Largo dos Lóios, 52, 4050 Porto, freguesia de Vitória, conselho do Porto, distrito do Porto, e ordenar a publicação no *Diário da República* da presente deliberação, bem como a notificação a todos os interessados da mesma.

9 de Junho de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola Secundária de Eça de Queirós

Aviso n.º 6287/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no expositor do átrio de entrada desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso para reclamação.

9 de Junho de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria José Monteiro Pires Soares*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14 122/2005 (2.ª série). — Sob proposta do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior;

Considerando o disposto na alínea b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho;

Ao abrigo do disposto no n.º 4.º do artigo 10.º da Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro (lei da avaliação do ensino superior), alterada

pela Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro (Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior):

Homologo a composição da comissão de peritos para a avaliação externa referente ao ano lectivo de 2004-2005 dos cursos de ensino superior politécnico da área das Artes da Imagem, constituída por:

Gonçalo Vasconcelos e Sousa, professor auxiliar da Universidade Católica Portuguesa, que preside.

Vasco Afonso da Silva Branco, professor auxiliar da Universidade de Aveiro.

José Rui de Carvalho Mendes Marcelino, *designer*.

2 de Maio de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 14 123/2005 (2.ª série). — Sob proposta do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior;

Considerando o disposto na alínea b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho;

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro (Lei da Avaliação do Ensino Superior), alterada pela Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro (Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior):

Homologo a composição da comissão de peritos para a avaliação externa referente ao ano lectivo de 2004-2005 dos cursos de ensino superior politécnico da área da Agricultura e Agro-Alimentares, constituída por:

Ilídio Rosário dos Santos Moreira, professor catedrático aposentado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, que preside.

Jorge Manuel Teixeira de Azevedo, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

João Manuel Ramalho Ribeiro, investigador-coordenador da Estação Zootécnica Nacional.

João da Silva Boavida Canada, professor-coordenador da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja.

Edgar da Conceição e Sousa, professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

José Carlos Dargent de Albuquerque, professor catedrático aposentado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Nuno Manuel Gonçalves Borralho, director florestal do Instituto de Investigação da Floresta e Papel, Raiz.

Jacques Maillat, vice-presidente da École Nationale Supérieure d'Agriculture de Montpellier.

2 de Maio de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 14 124/2005 (2.ª série). — Sob proposta do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior;

Considerando o disposto na alínea b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho;

Ao abrigo do disposto no n.º 4.º do artigo 10.º da Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro (Lei da Avaliação do Ensino Superior), alterada pela Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro (Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior):

Homologo a composição da comissão de peritos para a avaliação externa referente ao ano lectivo de 2004-2005 dos cursos de ensino superior politécnico da área da Hotelaria e Turismo, constituída por:

Francisco Martins Ramos, professor catedrático da Universidade de Évora, que preside.

Licínio Alberto Almeida Cunha, professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Manuel Caldeira Pais, professor-coordenador aposentado da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Francisco Manuel Dionísio Serra, professor-adjunto da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.

Mário Martins Baptista, professor-coordenador aposentado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Lisboa.

Francisco José Torres Sampaio, presidente da Região de Turismo do Alto Minho.

George Augustin, professor da Université de Paris-X-Nanterre.

2 de Maio de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 14 125/2005 (2.ª série). — Tendo a assembleia da Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes, reunida no dia 3 de Dezembro de 2004, procedido à eleição da professora-coor-

denadora Maria Teresa Braga Maia para o cargo de presidente do conselho directivo da Escola;

Considerando que nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º do Despacho Normativo n.º 58/99, de 5 de Novembro, conjugado com a alínea t) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, compete ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior homologar as eleições para o cargo de presidente do conselho directivo da Escola, uma vez verificada a legalidade das mesmas;

Considerando que, face ao teor da acta da referida assembleia, estão satisfeitos os requisitos previstos na lei e nos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes para a referida homologação:

Ao abrigo do n.º 11 do artigo 19.º do Despacho Normativo n.º 58/99, de 5 de Novembro:

Homologo a eleição para presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes da professora-coordenadora Maria Teresa Braga Maia.

1 de Junho de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 14 126/2005 (2.ª série). — Tendo o secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação autorizado, por delegação, a transferência de Gabriel Almeida Santos, motorista de pesados do quadro de pessoal dos serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação, para o quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia, nomeio o referido funcionário em lugar vago da mesma carreira do mencionado quadro, aprovado pela Portaria n.º 311/2000, de 29 de Fevereiro, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2005.

9 de Junho de 2005. — O Secretário-Geral, *António Raul Capaz Coelho*.

Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

Despacho n.º 14 127/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 19.º, n.º 3, e 20.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, e sob proposta do conselho científico deste Instituto, é nomeado o júri das provas de acesso à categoria de investigador auxiliar requeridas pela assistente de investigação deste Instituto licenciada Maria Cristina Luiz Antunes Simões Beja da Costa:

Presidente — Doutor Jorge Braga de Macedo, presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., que presidirá. Vogais:

Doutora Anabela Maria Lopes Romano, professora associada da Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais da Universidade do Algarve.

Doutora Maria Irene Santos Gomes Candeias, investigadora auxiliar, directora do Departamento de Protecção de Plantas da Estação Agronómica Nacional.

Doutora Maria Teresa Franco de Barros Agra-Coelho, professora auxiliar, presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Agronomia.

Doutor Carlos José Rodrigues Júnior, investigador-coordenador aposentado do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

Engenheira Isabel Maria Soares Reis Moura, investigadora principal do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

17 de Maio de 2005. — O Presidente, *Jorge Braga de Macedo*.

Despacho n.º 14 128/2005 (2.ª série). — Por despachos de 10 de Março e de 29 de Abril de 2005, respectivamente do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., e do subdirector dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

Cristina Maria Gonçalves Maurício e Vânia Maria Marques Cabral Nunes Alves, técnicas profissionais de 2.ª classe, da carreira de conservação e restauro de documentos gráficos, do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — automatizadas as suas requisições para o Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., pelo período de um ano, desde 1 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2005. — O Vice-Presidente, *António José Lopes de Melo*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 14 129/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Rogério Lopes Pacheco para prestar funções de assessoria para acompanhamento jurídico dos assuntos que devam ser tratados no meu Gabinete, com completa autonomia técnica e profissional.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, renovável automaticamente por igual período de tempo, podendo ser-lhe posto termo a todo o tempo.

3 — O nomeado é equiparado a adjunto para efeitos retributivos, auferindo os correspondentes subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como os demais direitos e regalias inerentes ao exercício de funções nos gabinetes ministeriais.

4 — O nomeado fica autorizado a exercer as actividades previstas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, sem prejuízo para o desempenho das suas funções.

5 — A presente nomeação produz efeitos desde o dia 13 de Abril de 2005.

3 de Maio de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Biblioteca Nacional

Despacho (extracto) n.º 14 130/2005 (2.ª série). — *Despacho de nomeação do cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Inovação e Desenvolvimento da Biblioteca Nacional.* — 1 — Na sequência do procedimento de selecção iniciado com as publicações de aviso no jornal *Público* de 9 de Fevereiro de 2005 e na bolsa de emprego público na mesma data, foi divulgado o processo de selecção com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Inovação e Desenvolvimento do quadro de pessoal dirigente da Biblioteca Nacional.

Analizadas as candidaturas, verificou-se que o licenciado Paulo Jorge de Oliveira Leitão reúne todos os requisitos do perfil pretendido.

Assim, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, depois de dado cumprimento à audiência de interessados e com os fundamentos adiante discriminados, nomeio director de serviços de Inovação e Desenvolvimento da Biblioteca Nacional (BN), em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, Paulo Jorge de Oliveira Leitão, chefe de divisão de Bibliotecas na Câmara Municipal de Almada, por ser o que melhor se adequa ao perfil pretendido.

O seu currículo académico inclui uma pós-graduação em Ciências Documentais e mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais, realizado no ISCTE. Salienta-se a experiência profissional na área biblioteconómica, quer como técnico quer como chefe e dirigente responsável pela gestão de bibliotecas públicas, associada, por outro lado, à experiência como técnico numa empresa privada, onde trabalhou com o sistema informático Horizon (sistema de gestão da BN), representando uma boa adequação do perfil pretendido às áreas distintas contempladas pela direcção de serviços a prover.

Esta segunda componente do perfil é ainda complementada pela experiência em projectos de integração dos sistemas de informação e potenciação das tecnologias como o antigo GEAC Advance 5, na RILP, que inclui o actual MILENIUM SILVER e a REDE DE CONHECIMENTOS, o PORBASE 5, parcerias para o projecto ALMADA DIGITAL, e SAPERION para arquivo digital, além do próprio Horizon.

Finalmente, sublinha-se a experiência de gestão, de coordenação de equipas interdisciplinares e participação em processos de cooperação interinstitucional.

2 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, a partir da data do despacho de nomeação, data a partir da qual produz efeitos.

9 de Junho de 2005. — Pelo Director, o Director de Serviços de Administração Geral, *Abel Martins*.

Nota curricular

Nome — Paulo Jorge de Oliveira Leitão.

Data de nascimento — 18 de Dezembro de 1961.

Habilitações — licenciatura em História, 1983, pós-graduação em Ciências Documentais, mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais, 2004, dissertação de mestrado subordinada ao tema Internet Subject Gateways, 2004.